



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Minuta da Ata N.º 03/2024

Data da Sessão Ordinária

28 de junho de 2024

Início

20:30 horas

Termo

23:43 horas



Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo trinta e três, de catorze de junho de dois mil e vinte e quatro. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão com a apresentação dos respetivos cumprimentos a todos os presentes e informou que não iriam estar presentes com faltas justificadas, os seguintes elementos: - Senhora Deputada Municipal Vanessa Isabel do Nascimento Almeida, Senhora Deputada Municipal Carla Alexandra Pereira Silvério e Senhora Deputada Municipal Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral, do Partido Socialista, bem como, a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária. -----

Em substituição da Senhora Deputada Municipal Vanessa Isabel do Nascimento Almeida, esteve a Senhora Célia Maria Rodrigues Abreu, do Partido Socialista. Informou igualmente, que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, Ana Luísa Cartaxo Manique, tinha comunicado que não poderia estar presente. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Deputada Municipal Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira que ocupasse o lugar de Segunda Secretária da Mesa. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Segunda Secretária que procedesse à primeira chamada de presenças, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: - António Luís Fernandes Mendes, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Carlos José Pancadares Sousa Lopes, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Luís Manuel Marques Rodrigues, Maria do Rosário Costa Martins, Célia Maria Rodrigues Abreu, Ângela Sofia Alves Grilo e Pedro Miguel Pedro Caxias. Estiveram igualmente presentes os Presidentes de Junta de Freguesia; - José Manuel Ricardo e Paulo Gameiro Sena Freitas. -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pela Senhora Vice-Presidente Maria Helena Soares Roxo, pela Senhora Vereadora Maria Manuela de Oliveira Arsénio, e pelos Senhores Vereadores, Pedro José Lopes Pereira e Alexandre Emanuel Ramos Marques. -----

Estiveram presentes para prestar esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Dra. Marisa Figueiredo, e o Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos, Dr. Luís Reis, e, Daniel



Oliveira, Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, no apoio logístico à Assembleia Municipal, funcionários da Autarquia. -----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente - António Luís Fernandes Mendes; Primeira Secretária - Maria Teresa Braz de Matos Gaspar; Segunda Secretária - Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira. -----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido no período entre o dia vinte e seis de abril e vinte e oito de junho de dois mil e vinte e quatro. Seguidamente, apresentou a Ata número dois, de vinte e seis de abril de dois mil e vinte e quatro. Por se verificarem algumas incorreções, a Ata foi retirada sem votação, para posterior apresentação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção neste período Antes da Ordem do Dia. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, para tecer algumas considerações sobre a forma como no seu entender, tinham decorrido as Pomonas Camonianas e as Comemorações dos quinhentos anos do nascimento de Luís Vaz de Camões. Em sua opinião, tinham excedido pela positiva as suas expetativas. A exposição na Casa Memória de Camões, com trinta e oito quadros sobre a vida e obra de Camões, fazendo um deles alusão a Constância, tinha sido um êxito. Assim como, outras iniciativas alusivas ao tema. Terminou a sua intervenção com rasgados elogios às intervenções dos alunos do Agrupamento de Escolas de Constância, professores e todos e todas, quantos tinham contribuído para por de pé as diversas iniciativas. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para referir que a sua Bancada pretendia apresentar um Voto de Saudação e Reconhecimento ao Senhor António Augusto Pratas Valador, funcionário da Câmara Municipal de Constância, que tinha passado à situação de aposentado no início do mês corrente. -----

Com a devida autorização, passou a ler o Voto de Saudação e Reconhecimento. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação para aceitação, sendo o mesmo aceite por unanimidade. -----

No Período de discussão, a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de



feut
Dy

Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, realçou a justeza do Voto, referindo que a sua Bancada o votaria favoravelmente. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Saudação e Reconhecimento a Votação, sendo o mesmo votado favoravelmente por unanimidade. Fica a constituir (**Anexo I**) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, para referir que alguns munícipes continuavam a queixar-se pelo atraso na entrega da correspondência pelos serviços dos CTT, questionando, se a Câmara Municipal tinha conhecimento do assunto e o que é que tencionava fazer. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que na última Assembleia Municipal, tinha questionado o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o programa para habitação a custos controlados, mais concretamente, na aquisição de imóveis a privados para requalificação. Tinha tido como resposta, estar prevista uma reunião na semana seguinte com o IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana) e com a CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo). Pretendia saber se a reunião tinha acontecido e qual o resultado da mesma. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que, não querendo repetir o que tinha sido dito pelo Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista sobre as comemorações dos quinhentos anos do nascimento de Luís de Camões, com as quais concordava, não podia deixar de referir que, tal como prometido pelo atual executivo, as cerimónias/atividades tinham decorrido de forma bastante digna e com “pujança”. Apesar de alguns constrangimentos, o Agrupamento de Escolas de Constância tinha mostrado elevado empenhamento e dedicação. Referindo ainda como muito positivo o trabalho e o envolvimento do Agrupamento. Toda a comunidade educativa estava de parabéns pelo elevado nível demonstrado nos espetáculos em que tinham estado envolvidos. Também as Associações do Concelho, com as suas especificidades, estavam de parabéns pelos seus contributos na preservação da memória de Camões em Constância. Realçou igualmente, a excelente qualidade das conferências e exposições, lamentando em alguns casos, a pouca adesão do público. Apelou para que em situações futuras, fosse feito um maior esforço, no sentido de uma maior mobilização. Não poderia deixar de referir, que também tinham existido alguns aspetos que considerava menos positivos, de entre outros, a colocação desajustada de uma tenda com determinadas características, no Largo Heitor da Silveira. Questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a continuação de eventos das



comemorações dos quinhentos anos do nascimento de Luís de Camões, mesmo a nível nacional, uma vez que Constância sendo a terra mais Camoniana de Portugal, deveria estar envolvida no programa cultural nacional. Teve conhecimento que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dirigido um ofício ao novo governo a solicitar mais apoios para a Casa Memória de Camões em Constância. Pretendia saber, se o Senhor Presidente da Câmara Municipal já tinha tido alguma resposta. Reforçou a intervenção do Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, relativamente aos atrasos na distribuição da correspondência no Concelho, com as implicações daí resultantes. Para terminar, pretendia ser mais esclarecida sobre os passes gratuitos nos transportes públicos para estudantes, até aos vinte e três anos. A questão já tinha sido apresentada na última Assembleia Municipal, no entanto, continuava sem saber se aquele financiamento para o passe escolar, era participado pelos Municípios. Se sim, quanto é que o Município de Constância previa gastar com a medida. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, reforçada pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre os atrasos nas entregas de correio. Referiu que a Câmara Municipal de Constância tinha conhecimento do assunto e iria fazer chegar aos CTT a sua indignação, solicitando uma explicação pelo sucedido. - Quanto à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre habitação a custos controlados, referiu que a reunião tinha sido realizada com a presença da Senhora Secretária de Estado com a pasta da habitação. Tinha sido referido pela Senhora Secretária de Estado, que assumia o compromisso de acelerar os processos, no entanto, explicou que ainda estavam a validar documentos. Para a próxima semana estava prevista nova reunião com o IHRU e com a CIMT, para fazerem um novo ponto de situação, tendo como objetivo uma maior celeridade nos processos. -----

Quanto às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referiu que, respeitava as observações proferidas. Começando por responder à questão da Casa Memória de Camões, lembrou que já no anterior governo tinha sido dado um passo importante através do reconhecimento do interesse público. Com o atual governo, tinha pedido uma audiência e, através de ofício, explicado a ligação de Constância a Camões. A audiência tinha sido marcada para o dia vinte e quatro

de julho. Tinha a intenção de explicar à Senhora Ministra da Cultura, não só a questão relacionada com a Casa Memória de Camões, como solicitar que Constância fizesse parte das Comemorações Nacionais dos quinhentos anos do nascimento do Poeta. Sobre mais atividades a serem desenvolvidas pelo Município no âmbito dos quinhentos anos do nascimento do Poeta, não estavam previstas antes do Ministério da Cultura se pronunciar se tinha alguma atividade prevista para Constância. Quanto à questão do passe escolar gratuito, a informação que tinha da CIMT, era que permitia aos estudantes, no espaço do Médio Tejo, circular nos transportes públicos, não acrescentando qualquer valor ao contrato de concessão celebrado com as Câmaras Municipais. Tratando-se de um assunto bastante confuso, iria solicitar ao Senhor Secretário Executivo da CIMT, uma melhor clarificação sobre o assunto. -----Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Manuel Marques Rodrigues, do Partido Socialista, para referir que ao passar junto da Quinta Dona Maria em Montalvo, tinha verificado que funcionários do Município andavam a partir um dos muros que dava acesso à Rua Dr. José Godinho. Questionava se se tratava de obras de recuperação daquele espaço, ou apenas limpezas. -----

-----Em resposta a esta questão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que uma parte do referido muro tinha ruído e por solicitação do Centro de Ciência Viva de Constância, entidade a quem estava cedido o espaço, os funcionários da Câmara Municipal tinham-se deslocado ao local para remover os entulhos para posterior recuperação. Sobre as limpezas do espaço, o Centro de Ciência Viva de Constância era a entidade responsável pelas mesmas, no entanto, e por solicitação daquela entidade, a Câmara Municipal já tinha algumas vezes ajudado a limpar o espaço. -----

Não havendo mais assuntos para este período “Antes da Ordem do Dia”, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Primeira Secretária para fazer a leitura da Convocatória e respetiva Ordem de Trabalhos. -----

Lida a convocatória e a respetiva Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. ---

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1. Período reservado à intervenção do público; -----
2. Análise e discussão da Proposta – Adequação ao PGRI – RH5A – Alteração por adaptação do PDM de Constância - Para conhecimento; -----
3. Análise e discussão da Proposta – Adequação ao PGRI – RH5A – Alteração por adaptação do PPSV do Núcleo Histórico de Constância - Para conhecimento; -----





4. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de constituição do júri do procedimento concursal para preenchimento de cargo de direção intermédia – Chefe de Divisão da Divisão Municipal de Serviços Técnicos - Para deliberação; -----
5. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de prestação de contas consolidadas de 2023 – Para deliberação; -----
6. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de alteração orçamental modificativa nº 02/2024 – Para deliberação; -----
7. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de reafecção do empréstimo bancário para reabilitação de edifício destinado à Loja do Cidadão de Constância a outros investimentos – Para deliberação; -----
8. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2024 (alteração nº3/2024) - Para deliberação; -----
9. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de Regulamento para a atribuição de incentivos à fixação de Médicos nas Unidades de Saúde de Constância –Para deliberação; -----
10. Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Para conhecimento; -----
11. Outros assuntos de interesse. -----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o público presente se alguém pretendia intervir. -----

Solicitaram a palavra os Senhores: Luís Gonçalves, de Constância, cujos assuntos diziam respeito a Investimentos, Infraestruturas e Multiculturismo e, o Senhor Rui Manuel Ferreira, de Montalvo, cujos assuntos diziam respeito à Estrada do Campo e Campo de Futebol Municipal. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Luís Gonçalves, para a sua intervenção. Tratando-se de um documento escrito, fica a constituir (**ANEXO II**) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

Deu de seguida a palavra ao Senhor Rui Manuel Ferreira, começando este na sua intervenção por questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o sistema de rega do Campo de Futebol Municipal, instalado há alguns anos e que tivesse conhecimento, nunca tinha sido utilizado. A relva apresentava algum desgaste, necessitando de frequentes regas no período do verão. Questionando; o que é que o executivo tinha a dizer sobre o assunto. Também, relativamente aos novos equipamentos (balneários), sendo o Campo Municipal, questionava se estava previsto algum funcionário



camarário que com regularidade, verificasse a limpeza e o estado de conservação de todos os equipamentos. Sobre a estrada do campo, na semana que antecedeu a caminhada inserida nos festejos das Pomonas Camonianas, tinha percorrido aquele trajeto e verificado que o percurso entre a “pesqueira” e o antigo “areeiro”, estava envolto em silvas, canas e muita outra vegetação, tornando o percurso bastante perigoso para os caminhantes, fazendo uma cobertura quase completa da via. Na semana seguinte, a situação tinha sido parcialmente resolvida. Dizia parcialmente, porque as copas das árvores não tinham sido aparadas. Quanto ao restante percurso, mesmo sendo uma estrada agrícola, não deixava de ser um percurso turístico com bastante movimento, lembrando que naquele trajeto existiam para além de diferentes tipos de árvores, cinco espécies de carvalhos, havendo em todo o País apenas onze, o que tornava o percurso bastante atrativo para os amantes da biodiversidade. Também, junto à passagem do chamado “Ribeiro da Gorda”, existia um problema com o piso, constituindo-se como um perigo para os ciclistas e de mais veículos, particularmente, para os não conhecedores do percurso. Para terminar, referiu que no espaço POMTEZE, tinham há alguns anos, cortado algumas árvores (salgueiros) com o objetivo de melhor instalarem os pavilhões para o artesanato. Não só as não tinham repostas, como no Parque de Merendas tinham cortado uma outra. Pretendia saber se estava prevista a sua substituição por árvores que não fossem pimenteiras, sugerindo salgueiros ou freixos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas pelo público. -----

O Senhor Presidente da Câmara começou por responder às questões apresentadas pelo Senhor Luís Gonçalves, mais concretamente, sobre a requalificação/construção do Cais do Tejo. Tinha sido lançado o concurso e analisadas as propostas, estando já elaborado o relatório preliminar e a audiência prévia. Uma das empresas tinha contestado o resultado da avaliação do júri do concurso, estando o mesmo a ser analisado. Contava que em breve fosse publicado o relatório final e feita a adjudicação. A empresa vencedora apresentaria o respetivo projeto que seria sujeito aos pareceres das entidades competentes para o efeito (APA - Agência Portuguesa do Ambiente) e (CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), só após aqueles trâmites se poderia avançar para a execução da obra. Como era um processo moroso, não dependendo só da Câmara Municipal, não poderia avançar com uma previsão para o início dos trabalhos. Quanto à requalificação da Estrada do Campo, assunto também sinalizado pelo Senhor Rui Manuel Ferreira, na sua intervenção, o executivo reconhecia que o piso estava em muito mau estado de utilização, logo que possível, avançariam para a sua intervenção. Quanto às copas das árvores, era um tipo de trabalho já sinalizado, em tempo oportuno seria resolvido. Quanto à falta de



estacionamento, era intenção da Câmara Municipal proceder à abertura do espaço contíguo à esplanada “Pezinhos no Rio”, onde existiam antigas ruínas, criando mais uma bolsa de estacionamento na zona baixa da Vila. Era um projeto incluído no Quadro Comunitário 20/30, estando o projeto a ser desenvolvido para seguir os trâmites normais para aquele tipo de obras. Quanto à gestão da água, o que poderia referir, era que a Câmara Municipal tentava combater em tudo o que fosse possível as perdas de água, inclusive, sensibilizando os Municípes para a questão dos desperdícios. Quanto ao acesso de viaturas ao Parque de Merendas, tinha tomado boa nota do assunto e com o Senhor Vereador responsável por aquele pelouro iriam analisar a situação. Sobre o Campo de ténis, aquele recinto desportivo estava incluído no contrato de arrendamento do Parque de Campismo e do Bar. Sobre a chegada de novas famílias de migrantes ao concelho, tinha sido uma matéria já discutida no seio da CIMT, estando naquele momento abertas candidaturas para a elaboração de planos que visassem delinear estratégias para o acolhimento e integração daquelas famílias. Existia um financiamento comunitário a 85% (oitenta e cinco por cento) para o efeito e, embora o Município de Constância ainda não tivesse tomado qualquer decisão formal sobre o assunto, era do parecer que o deveria fazer, integrando aquele consórcio da CIMT. O assunto seria analisado e discutido muito em breve. -----

Quanto às questões apresentadas pelo Senhor Rui Manuel Ferreira, para além das questões comuns com o Senhor Luís Gonçalves e respondidas anteriormente, tinha tomado boa nota da questão das árvores, particularmente do Parque de Merendas que seria reposta na altura certa para o efeito. Quanto às questões do Campo de Futebol Municipal, solicitava autorização para passar a palavra ao Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira, responsável por aquele pelouro. -----

No uso da palavra, o Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira começou por referir que tinha solicitado uma avaliação à colocação em funcionamento do sistema de rega do Campo de futebol, a uma empresa de Abrantes e também, ao Senhor Aquilino de Montalvo. De acordo com as deficiências reportadas, tinha solicitado os respetivos orçamentos, que aguardavam. As deficiências reportadas tinham sido as seguintes: canhões de rega com alcance máximo de apenas quinze metros de raio, obrigando à colocação de mangueiras suportadas em tripés, para uma abrangência total do relvado, uma vez que só existiam três caixas de água e luz em cada lado do relvado; bomba de água existente sem capacidade para alimentar canhões de água com maior alcance; caixas de água e luz nas laterais em plástico, em número de três, sem condições para serem utilizadas, exigindo a sua substituição; sistema elétrico existente nas caixas, apesar de nunca ter sido testado, exigia a incorporação de um temporizador para projeção de água em leque. Perante estas



deficiências, o orçamento solicitado previa: colocação de canhões com alcance de trinta e cinco metros; uma bomba de água que tivesse capacidade para os canhões; substituição das caixas laterais, de plástico para outro material adequado; colocação de temporizadores de fluxos de água para projeções em leque. Referiu igualmente, que tinha sido feita uma escarificação do solo e substituição integral de todo o plástico, operação que deveria ocorrer de quatro em quatro anos e nunca tinha sido feita, tendo os técnicos garantido que com aquela operação, o relvado estaria em condições de utilização por mais quinze anos, desde que, regado com a devida frequência. Quanto à questão da limpeza, lembrou que existia um contrato de comodato com a Casa do Povo de Montalvo, sendo esta entidade a responsável pela gestão do campo e quando surgissem anomalias técnicas seriam solicitados os serviços dos técnicos camarários. A limpeza era feita semanalmente por funcionárias do Município e o técnico superior de desporto, Professor Luís Correia, para além de semanalmente passar uma vistoria a todo o complexo desportivo, estava sempre disponível para qualquer solicitação. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

PONTO 2 - ANÁLISE E DISCUSSÃO, DA PROPOSTA - ADEQUAÇÃO AO PGRI-RH5A - ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DO PDM DE CONSTÂNCIA - PARA CONHECIMENTO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que apenas pretendia dar nota que se tratava de matéria técnica, feita a nível regional e nacional, tendo em vista a gestão de riscos em inundações do Tejo e ribeiras do Oeste, exigindo a adaptação das novas regras de gestão ao PDM (Plano Diretor Municipal) de Constância. -----

PONTO 3 - ANÁLISE E DISCUSSÃO, DA PROPOSTA - ADEQUAÇÃO AO PGRI-RH5A - ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DO PPSV DO NÚCLEO HISTÓRICO DE CONSTÂNCIA - PARA CONHECIMENTO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que, se no ponto anterior se tratava de uma adaptação ao PDM, neste ponto, tratava-se de uma adaptação ao Plano de Pormenor e Salvaguarda, sendo um plano mais específico, plasmando um conjunto de exigências respeitantes à construção e reconstrução no centro histórico da Vila. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam



fazer alguma intervenção. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que, tratando-se de alterações decorrentes da Lei, não haveria muito a fazer, no entanto e em concreto, qual o impacto que aquela adaptação teria no Plano de Pormenor e Salvaguarda do centro histórico da Vila. -----

Respondendo diretamente à Senhora Deputada Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, tratando-se de uma matéria muito técnica, poderia não conseguir como Presidente de Câmara Municipal, responder na perfeição sobre aquelas matérias. O que retirava daquela medida, era que tinham sido definidos um conjunto de níveis de perigosidade, levando à interdição de mais um conjunto de ações em cada um dos níveis. Deu como exemplo, o facto de no centro histórico não ser permitido fazer habitação no rés-do-chão, por se tratar de uma zona implantada em local de leito de cheia, assim como, não ser permitido fazer ampliações. Todas estas medidas já vigoravam em Constância, não vislumbrando nenhuma alteração significativa ao já existente. -----

Não havendo mais intervenções e sendo o ponto para conhecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte. -----

PONTO 4 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PREENCHIMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA - CHEFE DE DIVISÃO DA DIVISÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS TÉCNICOS - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que, como era do conhecimento de todos, a Câmara Municipal tinha um Chefe de Divisão designado em regime de substituição, sendo obrigatório abrir concurso para aquele lugar. O ponto em análise visava a abertura daquele concurso e vinha à Assembleia Municipal para que fosse designada a constituição do júri que iria presidir a todos os trabalhos da sua competência, no âmbito daquele processo de recrutamento. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DE 2023 - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor da Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----





No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir, que como era do conhecimento de todos, o Município tinha que apresentar as contas consolidadas incluindo as Associações/entidades com as quais tinha participação. Nos casos em concreto; Casa Memória de Camões, Centro de Ciência Viva de Constância e RSTJ (Resitejo). Tratava-se de um cruzamento das contas do Município com as contas daquelas entidades. -----

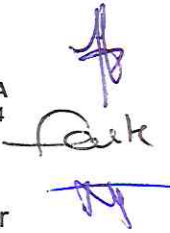
Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 6 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA Nº 02/2024 - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava de uma alteração ao orçamento que, como era do conhecimento de todos, o Município tinha contraído um empréstimo bancário no valor de seiscentos mil euros, para colmatar a parte não participada para a obra da Loja do Cidadão. Como a obra tinha sido participada a cem por cento, o que vinha à Assembleia Municipal era uma alteração ao orçamento, tanto na receita como na despesa, com a eventual reafecção daquele valor em duas intervenções: - Conclusão da segunda fase do Loteamento Municipal na Aldeia de Santa Margarida e, substituição da conduta de água e requalificação das Rua das Hortas, Rua Principal e Rua da Fonte, igualmente na Aldeia de Santa Margarida. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que a sua Bancada se congratulava com o facto da Loja do Cidadão ser participada a cem por cento, uma vez que seria injusto o Município estar a colocar dinheiro do seu orçamento, numa obra da responsabilidade da administração central. Também tinham ficado satisfeitos com a decisão do executivo em requalificar as ruas referidas, assim como, com o avançarem para a segunda fase do loteamento da Urbanização Municipal na Aldeia de Santa Margarida. Já quanto à alteração orçamental, tinham algumas dúvidas de natureza legal, uma vez que aquela operação envolvia fundos comunitários. Questionava se tinham sido esgotadas todas as hipóteses para a obtenção de financiamentos no âmbito do POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), ou num outro programa no âmbito do atual Quadro Comunitário que apoiasse aqueles projetos “requalificação de ruas e urbanização”, questionando se não poderiam por exemplo, serem associados ao ciclo urbano da água. Uma outra questão, igualmente no âmbito da alteração orçamental,



prendia-se com o facto de em sua opinião, dever constar no documento, um parecer técnico/jurídico sobre a legalidade daquela alteração, uma vez que se tratava de injetar verbas de um empréstimo contraído para uma determinada finalidade e empregue em finalidade diferente. Ainda que fosse possível, poderia ser mais vantajoso para a Câmara Municipal, em termos financeiros, fazerem um novo procedimento concursal, uma vez que as taxas de juro estavam a baixar. Eram dúvidas que pretendia ver esclarecidas. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão, referindo que subsistia a dúvida de que relativamente ao ciclo urbano da água só poderiam ou não, recorrer a fundos comunitários para substituição de condutas de água ou saneamento, os Municípios que estivessem agregados. O que estava a acontecer, era que, dos trezentos e oito Municípios Portugueses, mais de duzentos não estavam integrados em sistemas de agregação. A ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses), estava a insistir para que a medida fosse alterada. A questão era constantemente colocada em diversos fóruns, no entanto, a situação mantinha-se inalterada, sendo muito difícil que no curto prazo, viessem a surgir alterações à medida. O que poderia vir a acontecer, era no futuro, ser aberta alguma exceção para os Municípios cuja organização para o efeito, estivesse assente em serviços Municipalizados (dando como exemplo o Município de Abrantes), no entanto, nada estava definido ou clarificado, razão pela qual, tinham avançado de imediato para a resolução do problema. Quanto à questão da alteração orçamental, tinha sido um assunto discutido e analisado política e tecnicamente, tendo inclusive conhecimento da existência de Municípios com situações semelhantes, sem quaisquer constrangimentos. Lembrou, que o processo teria que ser enviado ao Tribunal de Contas, para que aquele órgão pudesse dar o seu aval. Para um melhor esclarecimento, solicitou autorização para passar a palavra à Senhora Dra. Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira do Município de Constância. -----

No uso da palavra, a Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Dra. Marisa Figueiredo, começou por referir que a proposta de alteração orçamental tinha sido por ela analisada. Não tinha sido colocada nenhuma informação complementar sobre o assunto, no entanto, subscrevia na integra o descrito na proposta. Havendo a necessidade de redistribuição do valor do empréstimo, tinham sido identificados alguns possíveis investimentos que poderiam ser financiados, utilizando aquela verba do empréstimo. Tinha contactado o Banco, assim como o Tribunal de Contas, no sentido de saberem da possibilidade daquela reafecção. O Tribunal de Contas tinha-se pronunciado

A
Parte
M

favoravelmente, desde que, as condições contratualizadas há data presente, fossem vantajosas para o Município. No caso em concreto, o spread apresentado (0,28) era bastante competitivo, distanciando-se bastante das restantes propostas. A exigência do Tribunal de Contas, era que o orçamento estivesse dotado de verbas para acolher os novos investimentos. Assim, e para cumprir aquele requisito, era apresentada aquela alteração modificativa que em caso de deliberação favorável, seria enviada ao banco, para que este, propusesse uma adenda ao contrato alterando o objeto contratual. Aquela adenda seria analisada e votada em reunião de Câmara Municipal e, no caso de votação favorável, seria enviada ao Tribunal de Contas. Este seria o processo normal a seguir. -----

Solicitou novamente a palavra, a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, para referir que a explicação dada pela Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira do Município, num processo tão importante, já deveria constar na informação distribuída aos Deputados Municipais, antecipadamente. Também lamentava o facto do Município de Constância para fazer obras, tivesse constantemente que recorrer a empréstimos bancários. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com dez votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista e Presidentes de Junta de Freguesia e, quatro abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária. -----

A CDU-Coligação Democrática Unitária apresentou uma declaração de voto, ficando a constar como (ANEXO III) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

PONTO 7 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REAFETAÇÃO DO EMPRÉSTIMO BANCÁRIO PARA REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO À LOJA DO CIDADÃO DE CONSTÂNCIA, A OUTROS INVESTIMENTOS - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o ponto em análise estava cruzado com o ponto anterior, não tendo muito mais a acrescentar. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre este ponto. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato à votação, sendo o ponto aprovado por maioria, com dez votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista e quatro abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária. A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária apresentou

Declaração de Voto. Fica a constar como (ANEXO IV) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

PONTO 8 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2024 (ALTERAÇÃO Nº3/2024) - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à apresentação do ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava de três alterações ao Mapa de Pessoal, que passou a identificar: - Existência no Mapa de Pessoal de um lugar a prover para Assistente Técnico na área dos recursos humanos. Aquele lugar ficava ocupado por um Assistente Técnico em mobilidade, deixando de constar “a prover” para passar a constar “ocupado em mobilidade”; alteração na área da educação, por passagem à situação de aposentação de um funcionário. Tinha sido criado um lugar “a prover” no Mapa de Pessoal; a outra alteração, era referente à área da Biblioteca que tinha um lugar a prover e já estava preenchido. -----

Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato à votação, sendo o ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 9 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PROJETO DE REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVOS À FIXAÇÃO DE MÉDICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DE CONSTÂNCIA - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal retirou este ponto da Ordem de trabalhos, por concordância de ambas as Bancadas por, no entender das mesmas, necessitar de algumas correções. -----

PONTO 10 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO Nº 2 DO ARTº 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão sobre este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, pretendendo ser esclarecida sobre alguns pontos constantes na informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Assim, era referido que tinha havido uma reunião no Agrupamento de Escolas de Constância, com os encarregados de educação, referente à viagem de finalistas e com a Universidade Sénior. Tendo a ideia que a Universidade Sénior tinha sido extinta, pretendia saber mais pormenores sobre aquela interligação. Também verificava que no presente ano, tinham optado pela contratação de uma Agência de Viagens, pelo valor de 8.348 (oito mil trezentos



e quarenta e oito) euros, com menos dias de viagem, para a viagem de finalistas. Era seu entendimento, que por aqueles valores e com menos dias de viagem, a opção tinha sido menos vantajosa para o Município, pretendendo saber a razão por aquela opção. Também verificava que no documento constava uma aquisição de serviços decorrente da aceitação das competências na área da saúde, referente à limpeza. Era seu entendimento que poderia existir um equívoco na informação, uma vez que os valores apresentados eram exagerados, apresentando um valor de 3782 (três mil setecentos e oitenta e dois) euros mensais, para limpeza do Centro de Saúde de Constância. Também era referido no documento, em relação ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), a preparação de uma candidatura para a requalificação da Unidade de Saúde de Constância, pretendendo saber do que se tratava. Embora não enquadrada neste ponto, podendo ser respondida nos “Outros Assuntos”, se tinha sido apresentada alguma candidatura para obras de conservação da Escola Luis de Camões. -----

Solicitou a Palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que na informação era mencionado a cedência de uma viatura elétrica pelo Município de Constância a uma Unidade de Saúde. Pretendia saber se já tinham recebido a unidade e quais eram as atividades que estavam planeadas para a utilização daquela unidade. Era referido no documento, a articulação com a Senhora Delegada de Saúde em situações de necessidades de internamentos compulsivos (expressão já não utilizada). Pretendia saber se se tratava de algum protocolo a ser desenvolvido ou, alguma necessidade de internamento ou diligência, em que algum funcionário da Câmara tivesse estado envolvido. Assim como, se a pessoa em questão era residente no Concelho de Constância. Também era referido no documento, o acompanhamento social dos beneficiários integrados do Município de Constância, através de medidas “CEI e CEI+” promovidas pelo IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), tendo em vista a sua integração profissional; pretendia saber qual o número de apoios na presente data e, qual o número de beneficiários integrados naquelas medidas “Contratos de Emprego Inserção Social, para pessoas com deficiência e incapacidade”. Também era referida uma participação nas oficinas intituladas “Demência: o papel dos Municípios na prevenção e intervenção para a redução das desigualdades”. Pretendia saber se o executivo tinha algum projeto ou candidatura ao nível da saúde mental, para aplicação a nível municipal. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que, sendo muitas das questões relacionadas com a área social, solicitava autorização para que

fb
Felik
M

fosse a Senhora Vice-Presidente Maria Helena Soares Roxo, responsável por aquele pelouro, a responder àquelas questões. -----

Com a devida autorização, a Senhora Vice-Presidente Maria Helena Soares Roxo, começou por responder à questão da visita de estudo. Quando era referido que tinha havido uma reunião com a Universidade Sénior, tinha sido equívoco, tratando-se sim, de Universidade Júnior. Quanto à visita de estudo propriamente dita; como era do conhecimento de todos, em anos anteriores, era habitual Constância, Sardeal e Mação fazerem a viagem em conjunto. Desta vez, tinha sido entendimento do Município, com o aval do Agrupamento de Escolas de Constância, que a visita prevista e proposta pelos Municípios de Sardeal e Mação a Genève (Cidade Suíça), para além de bastante cansativa, era mais dispendiosa. Tinha sido entendimento que deveriam fazer a viagem isoladamente a Sevilha (Cidade Espanhola), com visita a um parque temático, muito do agrado dos alunos. Uma visita de menor duração, menos cansativa e menos dispendiosa. Quanto ao internamento compulsivo, tinha acontecido com um Munícipe e tinha sido feito em articulação com o Delegado de Saúde e Ministério Público. Quanto aos CEI+, não existia nenhum caso no Concelho, não havendo ninguém a receber Subsídio Social de Inserção em condições de trabalho. Quanto à saúde mental e a uma eventual candidatura; não existia de momento nenhuma linha de apoio para o efeito, continuando o Município apenas com o Protocolo que mantinha com a Associação Integrativamente (Associação de Saúde Mental do Médio Tejo). -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, começando por responder à questão das verbas para a limpeza do Centro de Saúde de Constância, confirmando aqueles valores. Quanto à candidatura ao PRR para o Centro de Saúde de Constância, no âmbito do desempenho energético, era idêntico ao de Santa Margarida, visando a substituição de caixilharias, alguns equipamentos informáticos e médicos, assim como pinturas. Quanto à viatura elétrica; estava prevista a receção na próxima semana, destinando-se apenas ao apoio domiciliário. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que não tinha entendido se os valores gastos com a visita de estudo eram maiores ou menores que nos anos transatos, quando era feita em conjunto. Respeitava a opção tomada, no entanto, uma visita a Genève não era só para visitar imigrantes Portugueses, contemplava uma visita ao CERN (Organização Europeia para a Investigação Nuclear), maior laboratório de física de partículas do mundo, localizado no Cantão de Genebra. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----



PONTO 11 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que na última Assembleia Municipal tinham sido apresentados os lugares a prover no Mapa de Pessoal. O Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha referido que já tinha dado instruções para a abertura dos concursos. Pretendia saber se já tinham aberto alguns concursos e quais. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que tinha tido conhecimento de algum descontentamento de munícipes residentes no Bairro do Chão da Feira, em Constância, pelo corte efetuado em algumas árvores pela Junta de Freguesia. Pretendia saber se aquela informação estava correta e, se o corte ou poda de árvores naquela Freguesia era da responsabilidade da Junta. Um outro assunto, tinha a ver com a extração de areia do Rio Tejo; verificava que a mesma já se estendia até à margem esquerda do Rio. Pretendia saber se o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha conhecimento do assunto, e se a empresa tinha alguma autorização para o efeito. Sobre o referido pelo Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira, da dificuldade em criarem condições para a rega do Campo de Futebol Municipal, com a morosidade dos orçamentos para tantas coisas, para que fossem criadas as condições ideais; sugeria que até à conclusão daqueles processos, fossem utilizados os meios disponíveis, mesmo improvisados, por forma a não deixarem degradar ainda mais o relvado. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, pretendendo ser esclarecida sobre a rede de bicicletas partilhadas, onde estava incluído o Concelho de Constância. Tinha ouvido a notícia e não tinha entendido a essência do projeto, pretendendo mais informações sobre o assunto. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre a abertura de concursos previstos no Mapa de Pessoal. Naquele momento, estavam praticamente todos os concursos em condições para serem lançados, enaltecendo o enorme esforço feito pelos funcionários do Município responsáveis por aquela área. -----

Quanto às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando pelo



corte ou poda de árvores no Bairro do Chão da Feira, referiu que, na altura em que os funcionários da Junta de Freguesia procediam à limpeza naquela zona, uma moradora se tinha dirigido a eles solicitando o corte de alguns ramos numa árvore. O que tinha acabado por acontecer. Sobre a questão do areeiro, não tinha conhecimento do assunto, lembrando que quem tinha a responsabilidade tanto do licenciamento como da fiscalização, era a APA (Agência Portuguesa do Ambiente). Relativamente à questão que a Senhora Deputada Municipal tinha colocado no ponto anterior sobre uma possível candidatura para obras na Escola Luis de Camões, lembrou que a situação se mantinha, não tendo sido considerados no mapeamento como prioritários para qualquer intervenção. -----

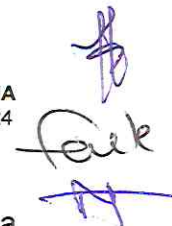
Quanto à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, sobre as bicicletas elétricas; tinha sido feita a apresentação do projeto, em Vila Nova da Barquinha. No respeitante ao Concelho de Constância, estavam previstas quatro estações de bicicletas: - Duas em Constância, no Largo Cabral Moncada e junto às Piscinas Municipais; uma em Montalvo, junto ao Jardim Dr. Luís Soares; uma em Santa Margarida, junto ao Parque ambiental. Apenas duas estações se encontravam para já, ligadas à rede elétrica, aguardando-se a ligação das restantes. Logo que todas se encontrassem operacionais, seria dado conhecimento à população. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para deixar uma preocupação ao nível da segurança e da prevenção de incêndios. Tendo os incêndios, na sua grande maioria origem humana, e tendo conhecimento que na Vila existiam alguns amontoados de sobranes de árvores e de outras matérias, colocados por trabalhadores do Município (campo de futebol e antiga Escola Primária), aumentando a possibilidade de focos de incêndio. Pretendia saber, se aqueles amontoados eram da responsabilidade da Câmara Municipal e, o que é que pretendiam fazer aos mesmos. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, pretendendo ser esclarecida sobre dois assuntos: o primeiro dizia respeito à notificação ao Município para a retenção dos pagamentos aos Bombeiros Municipais de Constância. Pretendia saber qual o ponto de situação; na segunda questão, pretendia saber se a compensação da CAIMA ao Município pela construção da Central de Biomassa já tinha sido liquidada. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação



Democrática Unitária, sobre o amontoado de sobranes e outros materiais, dando a seguinte explicação: - O amontoado junto à antiga Escola Primária, em grande parte, tinha a ver com as descargas da varredora urbana e com as suas descargas quando operava na Vila. Aquele lixo, composto essencialmente por folhas, era retirado quinzenalmente para o armazém em Vale de Mestre para o tratamento adequado. Quanto ao antigo Campo de futebol, já tinham sido dadas indicações aos trabalhadores do Município para não colocarem naquele local qualquer tipo de sobranes. Acontecia que, alguns Munícipes, depositavam naquele local os resíduos retirados das limpezas das suas propriedades. Era seu entendimento, que não sendo aconselhável a colocação daqueles sobranes naquele local, o espaço do antigo campo de futebol e zonas limítrofes estava limpa pela equipa de Sapadores Florestais. -----

Sobre as questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando pela questão relativa aos Bombeiros; em devido tempo, tinha enviado um memorando à Senhora Vereadora Maria Manuela de Oliveira Arsénio, eleita pela CDU-Coligação Democrática Unitária, que certamente teria feito chegar a informação à sua Bancada, sobre a situação dos bombeiros, com a informação de todo o processo. Naquela informação, era referido que o Município tinha pago todos os vencimentos às equipas de Intervenção Permanente. Eram igualmente dados a conhecer todos os pareceres jurídicos que sustentavam a medida. Quanto à segunda questão, a liquidação da contrapartida da Caima pela construção da Central de Biomassa, no valor de setenta e cinco mil euros, ainda não tinha sido liquidada. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura da minuta da Ata, colocando-a de seguida a votação. -----

-----APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nelas constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

-----ENCERRAMENTO-----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quarenta e três minutos. -----
A presente Ata foi redigida na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

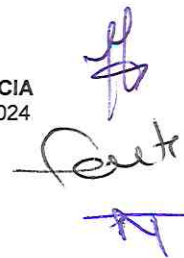
Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,

Luís L. F. Sousa

Flávia Almeida

MARIA TÁLIA BOMBA DE OLIVEIRA



ANEXO I

“Voto de Saudação e Reconhecimento



A Bancada do Partido Socialista, na sessão da Assembleia Municipal de 28/06/2024, apresenta um voto de saudação e reconhecimento ao Sr. António Augusto Pratas Valador, que passou à situação de aposentado, no início deste mês de junho, pelos cerca de 49 anos de serviço, no Município de Constância, nos cerca de 49 anos em que o serviu. -----

-----Constância, 28 de junho de 2024-----

Os eleitos do PS” -----

a) **INVESTIMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS**

Creio ser público o reconhecimento pelo empenho na consecução da comparticipação financeira a 100% para a recuperação do edifício para instalar a Loja do Cidadão. E também eu me incluo nesse reconhecimento.


Leuk


Na anterior legislatura, foi assinado um protocolo de investimento para requalificar o Cais do Tejo, dentro da linha + Interior Turismo. Com a mudança do governo, mantém-se o plano? há prazos para iniciar e terminar a obra?

Na perspectiva de capacitar ainda mais este território para o turismo, há algum plano para requalificar o caminho do Tejo/estrada do campo?

E a questão da falta de estacionamento: há solução a contento de todos, especialmente pelo facto de a CIMT e Constância vir a dispor brevemente de bicicletas?

Gestão da água: O consumo de água pelas sociedades modernas é superior ao recomendado pela ONU. Na era da IA, deve haver soluções inteligentes para a consciencialização, fornecendo água à medida das necessidades, estilo carregamento cartão. Há algum plano do Município para adequar o controle do fornecimento de água à realidade?

Parque das Merendas /Zona Ribeirinha: É urgente uma solução técnica para a impedir o acesso de veículos da Câmara e e outros autorizados.

Ténis: Vendo esta modalidade como um complemento da oferta turística e até como um equipamento de interesse local, existe algum acordo com a empresa exploradora do campismo/esplanada/ténis para preparar o campo de ténis para a prática desportiva?

b) **MULTICULTURALISMO**

Também em Constância se estão a fixar migrantes de várias nacionalidades, a exemplo do resto do país.

Salvaguardando a nossa identidade, deveríamos, como comunidade acolhedora, proporcionar a integração o mais socialmente possível.

A criação do Gabinete do Migrante sob a égide do Município, coordenaria:

- a Promoção do diálogo entre as culturas, tanto no plano individual como no comunitário;
- a Busca de respostas aos problemas globais nos âmbitos sociais, económicos, políticos, ecológicos;
- a Aprendizagem da nossa língua e na transmissão dos nossos costumes e tradições;
- o Conhecimento de preceitos legais e éticos;
- a Percepção do talento individual para determinadas tarefas nos diversos sectores de actividade.


Luís Gonçalves



ANEXO III

“Declaração de Voto

Ponto 6 – proposta de Alteração Orçamental Modificativa

Os eleitos da CDU congratulam-se com a perspectiva da realização de obras de infra-estruturas na Urbanização municipal na Aldeia de Santa Margarida e da Requalificação da Rua Principal, Rua das Hortas e rua da Fonte também naquela localidade. -----

Contudo tendo dúvidas de natureza legal e na ausência de parecer técnico da Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira quanto à exequibilidade da reafecção do empréstimo bancário da Loja do Cidadão para reforço das respetivas rubricas orçamentais e ainda não ser claro a impossibilidade de candidatura a fundos comunitários o sentido do voto é de abstenção. -----

Constância, 28-6-2024 -----

Os eleitos da CDU -----

Júlia Amorim -----

Joaquim Santos -----

Rosário Martins -----

Ângela Grilo” -----



ANEXO IV

“Declaração de Voto

Ponto 7 – Reafecção do Empréstimo bancário para reabilitação de edifício destinado à Loja do Cidadão de Constância a outros investimentos

Não obstante a explicação oral da Chefe da Divisão Administrativa e Financeira a falta de pareceres técnicos escritos dos Chefes das duas Divisões, (Administrativa e Financeira e de Serviços Técnicos) que fundamente a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, designadamente sobre a tramitação decorrente de nova análise do Tribunal de Contas e ainda quanto a eventuais prejuízos para o município da não abertura de novo concurso com a possibilidade de proposta mais vantajosa decorrente da descida das taxas de juro, o sentido de voto dos eleitos da CDU é abstenção. -----

Constância, 28-6-2024 -----

Os eleitos da CDU -----